

TERRITÓRIO USADO E DINÂMICA INDUSTRIAL: AS INICIATIVAS LOCAIS COMO POSSIBILIDADE PRODUTIVA AO ESTADO DE ALAGOAS¹

Dhiego Antonio de Medeiros²
Clevisson José da Silva³

Resumo

O artigo ora apresentado tem como objetivo discutir os usos que as indústrias locais fazem do território alagoano nas duas primeiras décadas do século XXI. A metodologia compreendeu a tríade que constitui a pesquisa em Geografia: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Os resultados revelaram que: a) as iniciativas industriais locais realizam usos do território diferentes daqueles tradicionalmente praticados em Alagoas, b) o crescimento e desenvolvimento da economia do estado com base no ativismo fiscal têm influenciado diretamente nas condições sociais de um território historicamente caracterizado pela base latifundiária; c) a centralidade da esfera governamental no papel coordenador de políticas para o território, quer dizer, de uma economia política, contribui para o desenvolvimento das forças produtivas e a alteração do quadro de dependência e subdesenvolvimento há séculos constituído.

Palavras-chave: Usos do território; Processo de industrialização; Alagoas; Economia local; Indústria Alimentícia Popular.

USED TERRITORY AND INDUSTRIAL DYNAMICS: LOCAL INITIATIVES AS PRODUCTIVE POSSIBILITY TO THE STATE OF ALAGOAS

Abstract

The article presented here aims to discuss the uses those local industries make of Alagoas territory in the first two decades of the 21st century. The methodology comprised the triad that constitutes research in Geography: bibliographic research, documentary and field research. The results revealed that: a) the local industrial initiatives carry out uses of the territory different from those traditionally practiced in Alagoas, b) the growth and development of the state economy based on fiscal activism have directly influenced the social conditions of a territory historically characterized by the base landowner; c) the

¹ Pesquisa fomentada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL).

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Professor Assistente da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal/Campus V – Zumbi dos Palmares). E-mail: dhiego.medeiros@uneal.edu.br

³ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas (Igdema/Ufal). Integrante do Grupo Josué de Castro de Pesquisas Territoriais (GJC/Igdema/Ufal). E-mail: clevissonsilva@outlook.com

centrality of the governmental sphere in the coordinating role of policies for the territory, that is to say, of a political economy, contributes to the development of the productive forces and the alteration of the framework of dependency and underdevelopment established for centuries.

Keywords: Uses of territory; Industrialization process; Alagoas; Local economy; Popular Food Industry.

TERRITORIO UTILIZADO Y DINÁMICA INDUSTRIAL: INICIATIVAS LOCALES COMO POSIBILIDAD PRODUCTIVA PARA EL ESTADO DE ALAGOAS

Resumen

El artículo que aquí se presenta tiene como objetivo discutir los usos que las industrias locales hacen del territorio de Alagoas en las dos primeras décadas del siglo XXI. La metodología comprendió la tríada que constituye la investigación en Geografía: investigación bibliográfica, investigación documental e investigación de campo. Los resultados revelaron que: a) las iniciativas industriales locales realizan usos del territorio diferentes a los practicados tradicionalmente en Alagoas, b) el crecimiento y desarrollo de la economía estatal basada en el activismo fiscal han influido directamente en las condiciones sociales de un territorio históricamente caracterizado por el propietario base; c) la centralidad del ámbito gubernamental en el rol coordinador de las políticas para el territorio, es decir, de una economía política, contribuye al desarrollo de las fuerzas productivas y a la alteración del marco de dependencia y subdesarrollo establecido desde hace siglos.

Palabras Clave: Usos del territorio; Proceso de industrialización; Alagoas; Economía local; Industria Alimentaria Popular.

INTRODUÇÃO

Em meados da década de 50 do século passado, num trabalho – estranhamente pouco conhecido – intitulado *Bases econômicas e sociais na formação das Alagoas*, publicado na respeitável Revista Brasileira dos Municípios, com lucidez e irretocável habilidade para tráfegar nos campos das ciências humanas e sociais, Manuel Diégues Júnior⁴ analisa o processo de formação do território alagoano até aquele momento e, a

⁴ “Enquanto 47 645 propriedades, ou 91,70% do total, **com menos** de 50 ha, ocupam 334 882 hectares, 1 345 [propriedades], ou 2,59%, **com mais** de 200 ha, ocupam uma área de 903 235 ha, que representam 59,42% da área total de estabelecimentos agropecuários. Se isolarmos as propriedades **com mais** de mil hectares [1000], verificamos que são apenas 195 [propriedades], mas detêm o domínio de uma área de 413 662 ha, somente inferior à área ocupada pelas propriedades entre 200 e 1 000 ha. Seria inútil, diante desses números, qualquer

partir de análise meticulosa do censo de 1950, explica de forma pormenorizada os fundamentos da concentração fundiária⁵ do estado e, com base na regionalização em vigência no período, distingue as “áreas econômicas das Alagoas” como possibilidades para – a partir de um novo projeto – o crescimento econômico e desenvolvimento do seu território.

Passados dois decênios do século subsequente às indicações de Diégues Júnior, pode-se afirmar que o Brasil conheceu diversas transformações de cunho político, econômico e social. Pois, de Gaspar Dutra a João Goulart (1946-1964), seguido do golpe (Regime Militar/1964-1985), alcançando a redemocratização do país: de Tancredo Neves (1985) – passando por um *impeachment* no governo Collor (1992) e outro no governo Dilma (2016) – às eleições de 2018 e o estabelecimento do Governo atual, o território brasileiro conheceu um conjunto sistemático (não linear) de alterações em suas materialidades, como também em seus conteúdos normativos e sociais, que o conduziram ao grupo das dez maiores economias do mundo. Entretanto, a questão secular da estrutura fundiária segue como um dilema a ser enfrentado no território nacional.⁶

Com a segunda menor extensão territorial da federação, Alagoas possui uma configuração marcada pelas heranças de sua formação histórica (CARVALHO, [1982] 2015), caracterizada por uma economia com base latifundiária, controlada pelas oligarquias locais que, há tempos – conforme se verifica na literatura geográfica alagoana a propósito do tema, ao longo do tempo: de Lima (1965) a Silva (2014) – avança na ocupação do território com atividades predatórias, a exemplo da monocultura da cana-de-açúcar, recentemente consorciada à cultura do eucalipto, que inviabiliza a diversificação da economia do estado.

Assim, como resultado direto do modelo obsoleto de desenvolvimento, têm-se a união espúria das oligarquias com a política – que na história de Alagoas, confundem-se com os governos –, somada ao processo de endividamento externo iniciado no Regime Militar, asseguraram ao estado a participação no G5 da União, ou seja, a composição do grupo dos cinco estados com a maior dívida junto ao erário. A saber: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas

comentário a mais, tão clara se mostra a tendência de concentração da propriedade nas Alagoas.” (DIÉGUES JÚNIOR, 1954, p. 215, **negrito nosso**).

⁵ Para Celso Furtado (1974, p. 98): “No Brasil, devido à concentração da propriedade territorial e à abundância da força de trabalho na agricultura de subsistência, os aumentos da produtividade beneficiaram principalmente uma minoria. Entretanto, em razão do tamanho da população, essa minoria modernizada foi suficientemente grande para permitir um amplo desenvolvimento urbano e um começo de industrialização.”

⁶ A esse respeito destacou Edouard Bailby ([1964] 1967, p. 131): “O govêrno que emergiu do golpe de Estado de 1º de abril de 1964 apressou-se em anular o decreto da reforma agrária assinado quinze dias antes pelo Presidente João Goulart.”

Gerais, Alagoas e Rio Grande do Sul são responsáveis por 90% do valor total da dívida pública que corresponde a R\$ 90,3 bilhões.⁷

A despeito do cenário indicado, nas duas primeiras décadas do século em curso, Alagoas vem passando por significativas transformações em seu quadro econômico, com destaque às potencialidades do setor secundário – para usar a expressão de Clark (1940) –, que mesmo ainda insuficientes para amenizar as desigualdades, se apresentam como atividades ociosas a serem desenvolvidas nesse território. Há uma quantidade importante de atividades industriais locais, oriundas de processos internos de reprodução do capital, representando, sobretudo, uma alternativa para a diversificação da economia do estado.

No caso, trata-se de empresas com atuação em escala regional que apresentam possibilidades ao fortalecimento das bases econômicas a partir da industrialização do território, pois se mantêm na economia local resistindo aos processos competitivos mesmo com os graves problemas estruturais do território alagoano. Nessa perspectiva, as empresas do setor alimentício são as mais expressivas, a exemplo da Indústria Alimentícia Popular, uma empresa genuinamente alagoana. Assim, o artigo ora apresentado propõe a discussão dos usos que as indústrias locais fazem do território alagoano⁸, pois, parte-se da premissa de que há um processo de industrialização centrado no ativismo fiscal, pelas diversas esferas públicas.

ATIVISMO ESTATAL E INDÚSTRIAS LOCAIS: UM CAMINHO PARA UM NOVO CICLO ECONÔMICO NO TERRITÓRIO ALAGOANO

A permanência da monocultura canavieira não constitui um caminho promissor ao crescimento e diversificação da economia alagoana. Ainda que no plano da investigação não se deva reduzir a economia do estado ao gênero supracitado – como explicam com propriedade Tenório e Lessa (2013) –, assim como advertiu Andrade ([1968] 1970, p. 126): “Em Alagoas, ainda o algodão, ao lado das lavouras de subsistência, fizeram concorrência à cana-de-açúcar”. É inegável que as empresas do setor agroindustrial

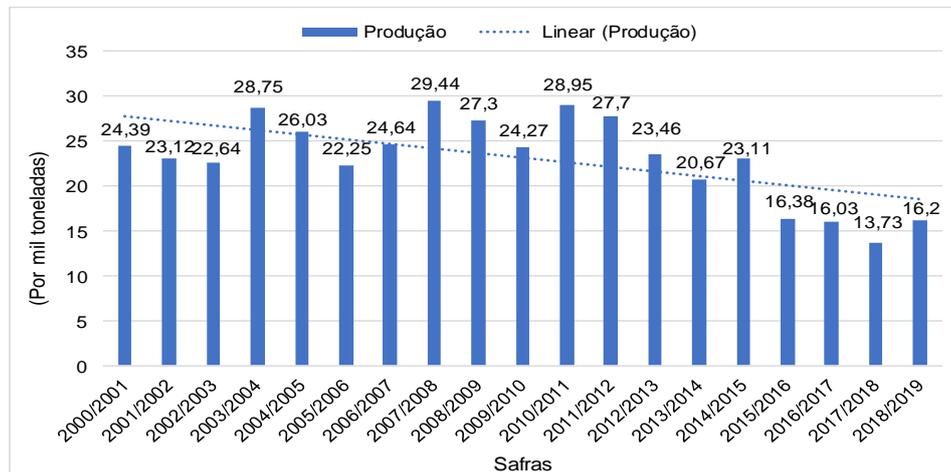
⁷ INSTITUTO MILLENIUM. A crise nos estados brasileiros: o caso de Alagoas. **Exame**, 4 fev. 2020. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/blog/instituto-millennium/a-crise-nos-estados-brasileiros-o-caso-alagoas/>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

⁸ Segundo Santos ([1994] 1996, p. 15-16): “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. Tratando de território, não basta falar de mundialização ou globalização, se desejamos aprofundar o processo de conhecimento desse aspecto da realidade total. O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.”

canavieiro⁹ monopolizam a economia, usam o território sem preocupação com os projetos locais e não contribuem de maneira efetiva com o desenvolvimento econômico de Alagoas. A herança histórica de dependência do setor produtivo da cana-de-açúcar – conforme há tempos demonstrou Caio Prado Júnior ([1945] 2014) ao pensar o Brasil – possibilitou profundas restrições produtivas, com a ausência de setores que pudessem diversificar e dinamizar a economia.¹⁰

Assim, conforme se pode observar no Gráfico 1, sobre a produção de cana-de-açúcar neste século, verifica-se uma oscilação na primeira década e uma queda exponencial na última década indicada, por conseguinte, uma crise que tem se aprofundado não apenas em Alagoas, conforme apontou Andrade (2011).

Gráfico 1 - Alagoas: histórico produtivo da cana-de-açúcar (2000-2019)



Fonte: União da Indústria da Cana-de-açúcar. Elaboração dos autores, 2020

O que não significa, rigorosamente, uma redução na quantidade de hectares plantados, mas uma combinação de questões relacionadas a letargia do processo de modernização da atividade no estado somadas às questões naturais – a exemplo dos baixos índices pluviométricos dos últimos anos –, culminando na perda de capacidade competitiva

⁹ Sobre o estágio desse setor econômico no início do século XXI, destacou Manuel Correia de Andrade (2011, p. 265): “O Nordeste apresenta, hoje, uma agroindústria açucareira em crise, com seu quase desaparecimento na Bahia e em Sergipe e perda de importância em Pernambuco e Alagoas, os dois grandes produtores na primeira metade do século XX.”

¹⁰ Embora em diferentes graus, o problema compõe a realidade da região Nordeste, conforme explica Scarlato ([1996] 2014, p. 341): “Latifundiário e usineiro acabam constituindo um sistema de poder, assegurando para si uma oferta fácil de mão-de-obra. Ao controlar a distribuição de renda pelo controle da propriedade da terra e da produção na usina, acabam transformando-se em um poder refratário às grandes mudanças que possam introduzir relações de trabalho mais livres e mais bem remuneradas, condições necessárias para a ampliação dos mercados e para uma industrialização mais sólida e de maior continuidade.”

com os mercados de outras regiões brasileiras, fizeram com que os usineiros avançassem com a implantação de outra cultura parasita como o eucalipto, conforme constatado por Gurgel (2020).

Desse modo, Alagoas continua a apresentar baixos níveis sociais, evidenciando assim suas diversas assimetrias internas. Carvalho ([2006] 2014) verifica inclusive a configuração de um novo fato na economia de Alagoas, a “federalização”, que se refere a injeção de capital na economia estadual via políticas sociais e transferências federais, refletindo uma dependência desses recursos para maior dinamização dos setores econômicos populares.

Para uma alteração desse quadro, a médio e longo prazos, acredita-se no caráter singular do ativismo estatal, pois, estimula o desenvolvimento da atividade industrial e, portanto, das forças produtivas.¹¹ De acordo com Schapiro (2013), o Estado desempenha um papel robusto na coordenação econômica, capaz de redirecionar a economia para as atividades mais dinâmicas, visto que detém os meios e os recursos para tanto. Nesse caso, tornaria possível uma alteração na configuração da economia alagoana, substituindo as tradicionais atividades monocultoras por atividades mais diversificadas.¹²

Em parâmetros gerais a economia alagoana tem apresentado comportamento dinâmico em alguns setores, inclusive com um aumento expressivo no número de micro e pequenas empresas, alcançando um crescimento de mais de 100 mil unidades nos últimos dez anos.¹³ No entanto, não possui uma dinâmica capaz de alcançar os índices das demais unidades federadas que integram a Região Nordeste, caracterizando-se por uma conjuntura econômica atrasada quando comparada a dinâmica regional e nacional. Na visão de Gomes (2011), Alagoas apresenta uma “involução econômica relativa”, pois a perda de dinamismo

¹¹ A ênfase atribuída ao Estado no presente estudo, não relega, aliás, apenas reforça a premissa histórica e, ao que parece, atemporal, sobre a luta de classes no Capitalismo e as relações desiguais entre as nações apresentada por Marx e Engels ([1848] 2005, p. 47): “O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa.”

¹² No âmbito nacional, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) – ambas lançadas e operacionalizadas nos governos Lula (2003-2006/2007-2010) – são exemplos importantes de ativismo estatal, consistindo, portanto, num movimento de industrialização estimulado pelo Estado.

¹³ Em conformidade com os dados apresentados pela SEPLAG/AL no estudo sobre as microempresas e empresas de pequeno porte de Alagoas publicado em 2016, o número de micro e pequenas empresas em Alagoas aumentou de 43.345 unidades em 2007 para 143.050 unidades em 2015, representa, portanto, um crescimento em cerca de 250% no total de unidades. Outro ponto relevante, segundo a SEPLAG (2016, p. 19): “Além disso, é possível perceber que as micro e pequenas empresas de Alagoas estão muito mais concentradas nas mesorregiões do Agreste e do Leste Alagoano do que no Sertão, o que em boa parte é explicado pela maior densidade populacional nestas duas primeiras mesorregiões.”

econômico em relação à economia nordestina impossibilita o estado de se industrializar, de diversificar as atividades produtivas e, portanto, de alavancar seu crescimento aos níveis econômicos regionais e nacionais.

Segundo os dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI)¹⁴, a atividade industrial contribuiu com 12,6% do PIB de Alagoas em 2017, contando em 2018 com um número total de 3.060 unidades industriais e ocupando 18,5% da população que possui emprego formal. Esse quantitativo industrial é dividido em diversos setores, com destaque para os cinco principais: o de construção representando 35,1% da indústria estadual, o de alimentos representando 28,3%, o de serviços industriais de utilidade pública com 16,3%, o químico com 9,2% e o de borracha e plástico com 3,6%. Além disso, outros 17 setores menos expressivos representam juntos os demais 7,6% da indústria de Alagoas.

Ainda segundo os dados da CNI, do total de empresas industriais 71% são microempresas, 22,1% são pequenas empresas, 5,5% são médias empresas e somente 1,4% são grandes empresas. Esses dados mostram que a indústria alagoana é constituída, sobretudo, por atividades produtivas de pequenas dimensões. Nesse novo contexto, com as transformações empreendidas a partir dos anos 2000, a economia alagoana tem evidenciado novas possibilidades para o crescimento econômico estadual, sobretudo nas atividades do mercado local, competitivas no mercado regional. Destacando-se as indústrias locais¹⁵ que têm se apresentado com força econômica, sobretudo no Agreste Alagoano, mesorregião com maior densidade de iniciativas e com empresas já consolidadas na economia regional.

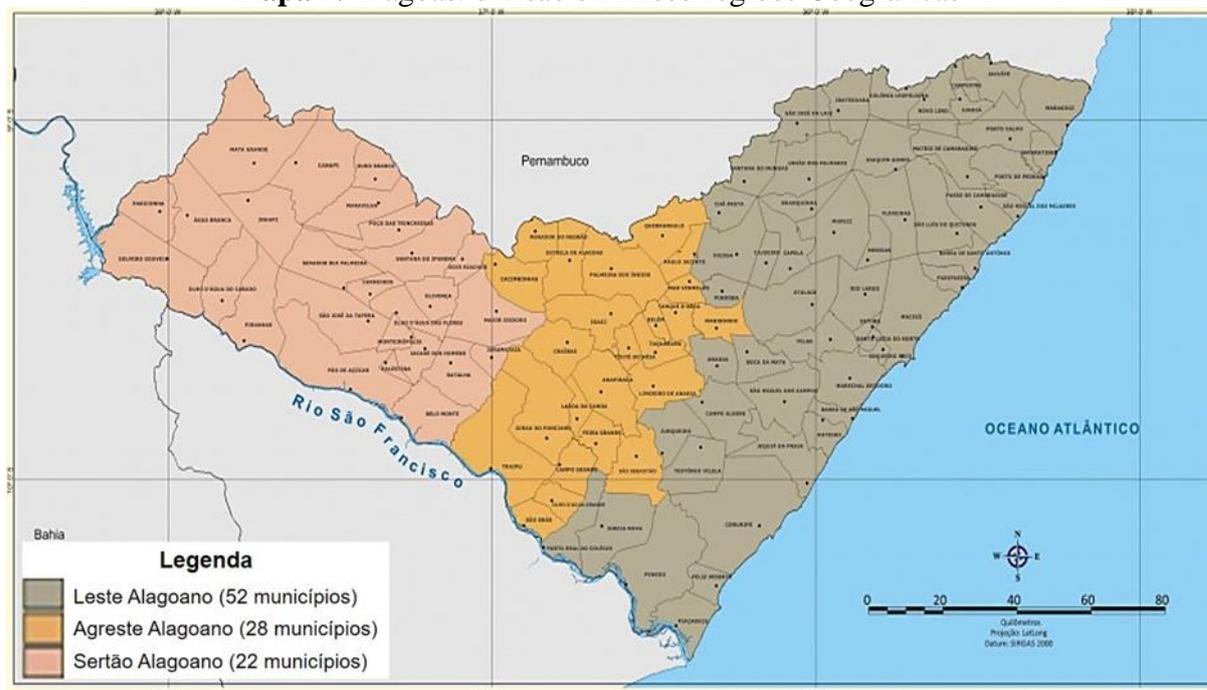
Atualmente, “a economia alagoana, vista sob o ângulo das atividades setoriais apresenta um perfil semelhante ao das economias modernas” (CARVALHO, [2006] 2014, p. 17), sendo constituída por uma quantidade expressiva de atividades econômicas, tanto do setor formal como também do informal, que possui uma elevada importância à sustentação econômica e ocupação de grande parte da população. As atividades que mais contribuem para a economia estadual são a agropecuária, a indústria e principalmente o setor de comércio e serviços, responsável pela ocupação da maior parte da população.

¹⁴ Dados do Perfil da Indústria dos Estados do Brasil. Disponível em: <<http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/al>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

¹⁵ Para Furtado (1974, p. 59): “A pequena empresa local, antes apresentada como anacronismo de alto custo social, passa a ser defendida como parte de uma paisagem cultural ameaçada.” Tal mudança de concepção pode ser concebida como uma resposta aos constrangimentos da “ideologia da integração” via grandes empresas das economias cêntricas nas periféricas através da divisão internacional do trabalho, após a Segunda Guerra Mundial.

Alagoas apresenta atividades de destaque nas três mesorregiões geográficas de planejamento de seu território (vide Mapa 1): a) Mesorregião do Leste Alagoano, caracterizada sobretudo pela monocultura da cana-de-açúcar, com uma estrutura fundiária baseada na grande propriedade rural e forte influência do poder das oligarquias¹⁶; b) Mesorregião do Agreste Alagoano, “por natureza”, possui uma economia mais diversificada, caracterizada por um forte setor de comércio e serviços, além de um setor de indústrias locais; c) Mesorregião do Sertão Alagoano, tem na pecuária a sua atividade de maior expressão econômica, onde destaca-se a bacia leiteira, de caráter decisivo para a economia sertaneja.

Mapa 1. Alagoas: divisão em Mesorregiões Geográficas



Fonte: Portal Alagoas em Dados e Informações. Adaptação dos autores, 2020.

No Agreste Alagoano, as iniciativas locais originaram empresas industriais que resistem aos processos competitivos do mercado regional, desenvolvendo inclusive diversos setores industriais. No ramo alimentício destacam-se: o Grupo Coringa, fundado em 1969, com sede em Arapiraca; a Indústria Alimentícia Popular (INAP), fundada em 1974, também com sede em Arapiraca; e a Indústria Valedourado, fundada em 1985, com

¹⁶ A questão do latifúndio é um tema central para a compreensão do processo de formação territorial do Brasil. Tratando da estrutura agrária brasileira no século XX, destacou Guimarães ([1963] 1989), p. 177: “Apesar dos rudes golpes sofridos ao longo de sua existência de quatro séculos, o sistema latifundiário brasileiro chegou aos nossos dias com suficientes poderes para manter firmemente em suas mãos o controle de nossa economia agrária.”

sede em Palmeira dos Índios. No ramo de produtos plásticos destacam-se a Indústria de Plásticos Merconplas, fundada em 1991; e a Araforros Indústria e Comércio de Perfilados, fundada em 1992, ambas com sede em Arapiraca. Já no ramo de pré-moldados e artefatos de concreto, destacam-se a Cilel Comércio e Indústria de Lages, fundada em 1976; e a Concrenorte Indústria de Concreto Pré-moldado do Norte, fundada em 2002, ambas também em Arapiraca.

Para o Leste Alagoano, Maceió é o centro urbano que detém o maior número de atividades, influenciando todo o estado e, sobretudo, essa mesorregião, concentrando atividades econômicas, financeiras e um aparato de serviços administrativos e públicos. Quanto ao Agreste Alagoano, Arapiraca é quem exerce a maior influência nessa mesorregião, concentrando principalmente atividades de comércio, serviços e empresas locais de grande importância para a economia local. No Sertão Alagoano, a maior influência é de Santana do Ipanema e Delmiro Gouveia.

Os centros de maior influência do estado possuem considerável importância por concentrarem as atividades econômicas que empregam a maior parte da população das suas respectivas mesorregiões, possuindo um elevado fluxo de pessoas, transportes e capital. Além da oferta de amplo comércio e a disponibilidade de serviços essenciais, como hospitais bem equipados na área da saúde, universidades públicas e privadas na área da educação, e a presença dos principais órgãos públicos na área administrativa, e ainda o domínio absoluto no quesito instalação industrial.

No caso do setor secundário, Alagoas é representada principalmente pela indústria de transformação ligada ao setor agroindustrial canavieiro, além de outras indústrias externas e internas, com uma maior concentração industrial no município de Maceió, seguida pelo município de Arapiraca. A indústria instalada na capital é representada sobretudo por empresas de atuação nacional, atraídas por melhores condições de instalação e pelos incentivos fiscais oferecidos pelas diferentes esferas governamentais. Já a indústria do interior é representada pelo tipo de empresa local, com maior expressão no Agreste do estado e representando uma indústria majoritariamente alagoana. Ora, a grande indústria instalada na capital do estado, usa o território exclusivamente como recurso (SANTOS, [1994] 1996), estando com os esforços voltados à acumulação de capital, não proporcionando, portanto, grande contribuição à economia local; diferentemente das indústrias locais, próximas à realidade local e que representam potencialidades ao crescimento estadual.

A respeito dos incentivos governamentais¹⁷, destaca-se a participação das três esferas na concessão de incentivos fiscais, locacionais e creditícios/financeiros: o Governo Federal realiza concessão de incentivos principalmente por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o governo estadual realiza concessões principalmente a partir do Programa de Desenvolvimento Integrado (PRODESIN), operado pela Conselho Estadual do Desenvolvimento Econômico (CONEDES), já os governos municipais ofertam incentivos por meio de programas próprios, a exemplo das prefeituras dos municípios de Maceió, Arapiraca e Palmeira dos Índios.

Logo, faz-se necessário ressaltar o protagonismo assumido pelo governo estadual, não somente pela operacionalização de um programa de estímulos voltados à expansão, ao desenvolvimento e à modernização das indústrias alagoanas, responsável pela geração de empregos e, por conseguinte, a concepção de indústria¹⁸ no seu sentido *lato*. Mas, pela reestruturação da dívida pública do estado com a União, via renegociação, permitindo, por sua vez, um aumento na capacidade de investimento em frentes diversas, a exemplo, das obras de infraestruturas nas áreas da saúde (construção de hospitais nas cidades polos regionais), educação (modernização de escolas públicas na educação básica e construção dos *campi* universitários) e sistemas de engenharia – modernização do “sistema de movimento rodoviário” (CONTEL, [2001] 2016) –, entre outros.¹⁹

Dessa forma, na análise da organização espacial da indústria em Alagoas²⁰ observa-se uma concentração de unidades industriais nas cidades de maior importância na rede urbana estadual, representada, sobretudo, por Maceió e Arapiraca, que ao longo de sua

¹⁷ Os bancos públicos – especialmente os de desenvolvimento – têm um papel central para a operacionalização das políticas governamentais pois, diferente das instituições privadas, têm a sua origem e, portanto, a orientação geográfica das suas topologias, ligadas às ações de planejamento do Estado (MEDEIROS, 2018).

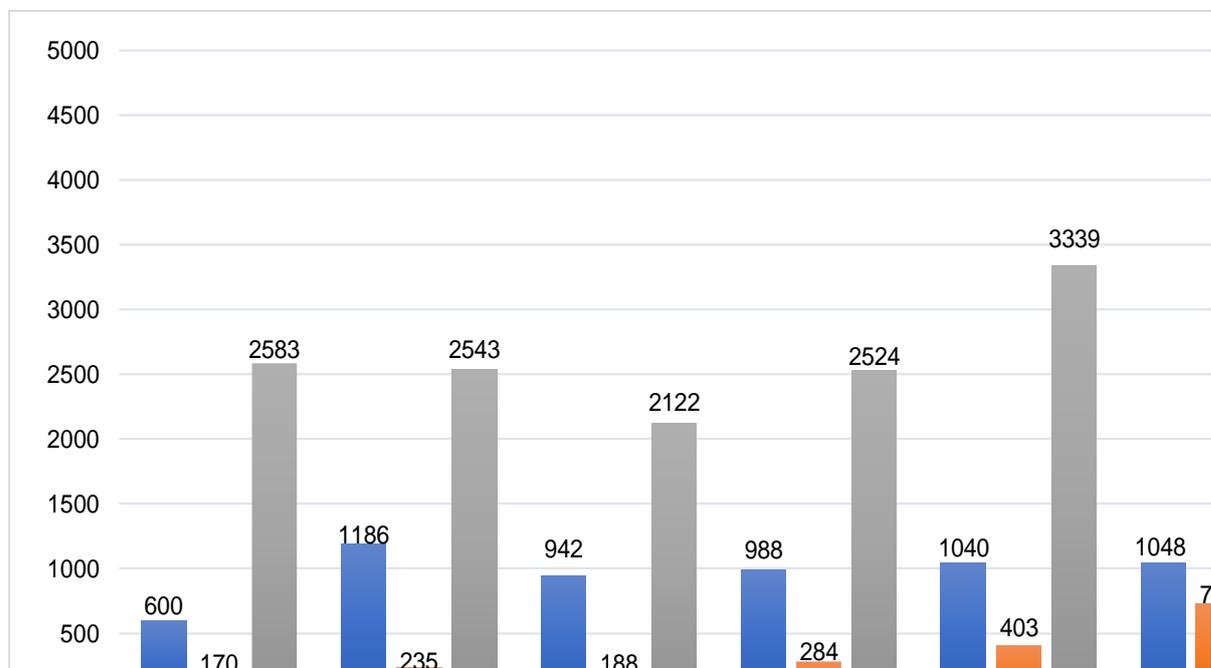
¹⁸ Na perspectiva marxiana não se restringe a setor/ramo industrial etc. Poder-se-ia, portanto, falar da economia industrial como o processo produtivo em si, ou seja, o “governo” dos meios de produção e da força de trabalho. Já que tudo o que valoriza o capital é mercadoria, e esta é uma “forma social” (MARX, [1867] 1983).

¹⁹ Vide matérias a seguir, disponíveis em: <<http://www.sefaz.al.gov.br/noticia/itemlist/tag/d%C3%ADvida>> e <<http://www.sefaz.al.gov.br/artigo/item/2439-incentivos-concedidos-pelo-estado-impactam-positivamente-no-desenvolvimento-de-alagoas>>. Acessos em: 10 dez. 2020.

²⁰ De acordo com o Cadastro Industrial de Alagoas – FIEA – Edição 2013/2014, o estado apresenta um total de 4.371 unidades industriais, distribuídas nos 102 municípios do estado, proporcionando 94.816 empregos diretos. Deste quantitativo industrial, 1.053 unidades (24,09%) estão localizadas em Maceió, enquanto que as demais 3.318 empresas (75,91%) estão distribuídas nos outros municípios do estado, com destaque para a microrregião de Arapiraca com 1.482 indústrias em 2013, tendo destaque a cidade de Arapiraca com 729 indústrias nesse mesmo período (FIEA, 2014).

evolução econômica – conforme demonstrado no Gráfico 2 – apresentaram aumentos consideráveis no número de indústrias instaladas e em funcionamento. Logo, a razão para o baixo impacto (redução da capacidade transformadora) de políticas e programas federais em Alagoas está intrinsecamente relacionada a clássica questão dos “vazamentos de renda”. Quer dizer, do fluxo básico de renda entre famílias e empresas na esfera estadual, em função da dependência no plano industrial de Alagoas com demais estados da Região Nordeste, no que diz respeito a importação, que se dá desde gêneros alimentícios simples, culminando na questão levantada anteriormente por Gomes (2011).

Gráfico 2 - Evolução do número de unidades industriais (1980-2017)



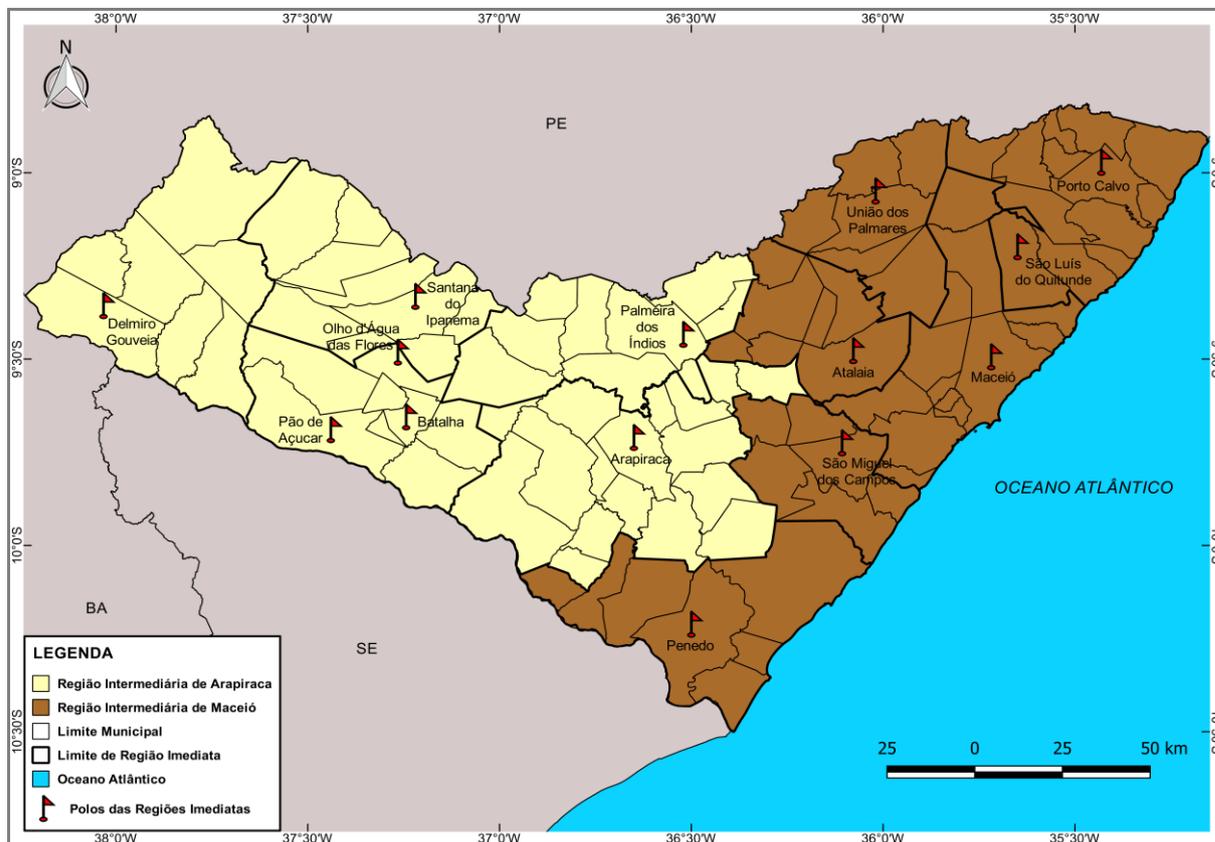
Fonte: FIEA (2018). Elaboração dos autores, 2020.

Confirmando a influência exercida por esses dois centros urbanos no território alagoano, a nova proposta de regionalização do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias²¹, publicada pelo IBGE em 2017, considera para Alagoas que os 102 municípios de Alagoas estão distribuídos em 11 regiões imediatas comandadas por suas respectivas cidades-polo (vide Mapa 2). Em função da soma dos elementos que definem os níveis de centralidade e hierarquia, dois desses 11 centros urbanos formam também as duas regiões intermediárias do estado: Maceió (comandando

²¹ Este estudo do IBGE consiste numa divisão regional do Brasil contemporâneo orientada metodologicamente pelos elementos rede urbana, classificação hierárquica dos centros urbanos, detecção dos fluxos de gestão, entre outros.

52 centros urbanos das suas seis regiões imediatas) e Arapiraca (comandando 50 centros urbanos das suas cinco regiões imediatas).

Mapa 2. Alagoas: divisão em Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias (2017)



Fonte: IBGE (2017). Organização dos dados e coordenação dos autores, 2020.

Elaboração cartográfica: Pedro Henrique Santos Barros de Araújo.

A indústria do Agreste Alagoano, mais precisamente na Região Imediata de Arapiraca, passou por um processo de reestruturação (SANTOS, 2014), deixando o beneficiamento do fumo e ingressando em indústrias locais, sobretudo de alimentos, que representam atualmente uma força competitiva e possibilidade de crescimento econômico para o território alagoano.²² A gênese do capital dessas indústrias é entendida por Firmino

²² Nesse sentido, a dinâmica da atividade industrial verificada no Agreste de Alagoas, faz um contraponto aos apontamentos gerais – sobre o Nordeste – realizados na década de 60, por Andrade ([1963] 2011, p. 281-282): “O processo de industrialização tem sido intensificado com o surgimento de indústrias modernas com maior capacidade de produção. Essas indústrias, porém, acarretam o desaparecimento de outras de pequena e média capacidade, voltadas para o mercado regional e local, como as têxteis, que beneficiavam o algodão e o caroá, as pequenas usinas, as fábricas de chapéus, de cigarros, de charutos e de produtos alimentícios, como as antigas fábricas de goiabada Peixe. Surgiram em lugar dessas as indústrias – de grande consumo local ou regional –, fábricas de cerveja, de refrigerantes, de vinho, de doces, de queijos, empresas de maior porte e

(2015) como oriunda do capital da feira livre – elemento central de todos os municípios do estado de Alagoas, especialmente de Arapiraca.

Por outro lado, Morais (2012) indica que o capital das indústrias locais presentes nesse município é fruto do capital da atividade fumageira. No entanto, compreende-se aqui o capital industrial do Agreste Alagoano como fruto não apenas de uma atividade econômica realizada nesse território, mas de uma “reprodução de capital” (CANO, 1975) de todas as atividades econômicas que tiveram relevância no referido território em vários períodos. Acrescente-se, portanto, que há uma dinâmica própria nos lugares que redirecionam o capital para diferentes atividades, tendo as instituições financeiras, principalmente os bancos, importância decisiva nessa transferência de capital, realizada a partir de seus mecanismos de captação e de financiamento.

Numa análise mais ampla, pode-se dizer que o processo de industrialização – marcada pela substituição de importações – nos países subdesenvolvidos apresenta características particulares, cujo mercado de produtos manufaturados é constituído por dois grupos distintos, segundo Furtado (1974, p. 98):

[...] o primeiro, consumidores de renda muito baixa (a maioria da população), e o segundo, uma minoria de renda elevada. A cesta de bens de consumo correspondente ao primeiro grupo é bem pouco diversificada e tende a permanecer sem modificações, já que a taxa de salário real é bastante estável. As indústrias que produzem estes bens têm fracos efeitos de encadeamento (*linkages*): elas usam matérias-primas da agricultura (indústrias têxteis e alimentícias) e produzem diretamente para o consumidor final. Além disso estas indústrias se beneficiam pouco das economias de escala e externas. A cesta de bens de consumo correspondente ao segundo grupo, sendo totalmente diversificada, requer um processo de industrialização complexo para ser produzida no país.

Na afortunada literatura geográfica brasileira a propósito do tema da indústria, para o presente estudo, vale destacar a contribuição de Mamigonian (1965), no que concerne as iniciativas industriais locais no estado de Santa Catarina. Na visão do referido autor, “[...] *os industriais de Blumenau eram os mais frequentemente “capitalistas sem capital”, no sentido de que tinham espírito de iniciativa mais ou menos desenvolvido, mas quase nenhum recurso financeiro.*” (MAMIGONIAN, op. cit., p. 404, itálico do autor). Ora,

sobretudo os grandes polos industriais como o de Camaçari na Bahia, e centros menores em outras cidades nordestinas.”

residem aí pistas²³ significativas à interpretação das dinâmicas em pauta no Agreste de Alagoas. Pois, uma característica central à apreensão do processo de industrialização no interior alagoano é a iniciativa familiar, uma vez que a maioria das empresas locais iniciaram suas atividades a partir da organização de famílias com alguma experiência comercial, consolidando, inclusive, grupos empresariais que atuam em diversos setores locais.²⁴

UMA INICIATIVA LOCAL NO AGRESTE DE ALAGOAS: ANÁLISE DA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA POPULAR (INAP)

Dentre as indústrias locais do Agreste Alagoano, é digno de destaque o papel exercido pelas iniciativas do setor alimentício e, inserida neste contexto, a INAP representa claramente a genuína indústria do tipo local. Por isso, quando investigada, se caracteriza como capaz de oferecer à apreensão dos usos que as indústrias locais realizam do território alagoano, representando ainda, uma fonte de explicação geral do modo de operação das indústrias locais no estado, incluindo a forma de organização dos seus fixos que expressam fluxos importantes em nível regional e local, e, portanto, as estratégias de capilaridade da firma, à luz dos sistemas de objetos e ações que significam o espaço geográfico.

Criada no ano de 1974, a INAP possui sua gênese ligada à feira livre da cidade de Arapiraca, iniciando suas atividades com instalações limitadas com um processo rudimentar de fabricação de alimentos, com utilização de capital e de mão de obra familiar, mas, que a partir da inserção de novas técnicas produtivas empreendidas após a década de 1980 e dos incentivos do poder público recebidos a partir dos anos 2000 se firmou como uma importante empresa alimentícia no contexto regional. Esta indústria passou de uma

²³ Consideram-se pistas, caminhos, porém, não se trata da adoção de uma visão definitiva e plenamente operacionalizável, pois o estudo ora mencionado se refere a outro período da história brasileira numa região distinta, que possui singularidades no seu processo de formação. Destaque-se ainda, que para a compreensão do período atual, o importante estudo de Schumpeter ([1934] 1982), que compõe o quadro teórico que orienta a visão de Mamigonian (1965), apresenta algumas limitações de cunho explicativo, principalmente no que concerne ao aumento da capitalização ou da renda real, que mostram-se como barreiras ao que o economista austríaco chamou de “fluxo circular da vida econômica”.

²⁴ Contudo, para o período atual, deve-se acrescentar outras variáveis, a exemplo do ativismo fiscal, pois, conforme Singer ([1973] 1977, p. 34): “A industrialização em moldes capitalistas está longe de ser um processo espontâneo promovido exclusivamente pelo espírito de iniciativa de “entrepreneurs” inovadores. Ela só se torna possível mediante arranjos institucionais que permitem, de um lado, acelerar a acumulação de capital e, de outro, encaminhar o excedente acumulável às empresas, que incorporam os novos métodos industriais de produção.”

atividade artesanal à uma das principais indústrias de Alagoas, se fazendo presente em todo o Nordeste brasileiro.²⁵

Atualmente a indústria se organiza no espaço nordestino a partir de uma atuação mais intensa nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, onde estão localizadas as suas quatro instalações próprias. A empresa mantém uma operação que atende as diversas etapas de sua produção, da fabricação à comercialização, valendo ressaltar que os fixos desta indústria estão não aleatoriamente dispostos no território e sim obedecendo uma lógica de importância das cidades na rede urbana nordestina.

As instalações desta indústria estão localizadas em centros urbanos ligados as principais rodovias do interior da região e, portanto, dotados de poder de distribuição (vide Mapa 3). Já nos estados fora do alcance de sua própria infraestrutura, como a Bahia e o Ceará, a indústria utiliza-se de representantes comerciais e de atacadistas distribuidores, potencializando assim a sua capilaridade. A indústria também comercializa seus produtos em estados de outras regiões brasileiras, a exemplo da Região Norte. Porém, por tratar-se de uma empresa de menores proporções e voltada ao mercado regional, sua atuação encontra-se mais fortalecida justamente no Nordeste.

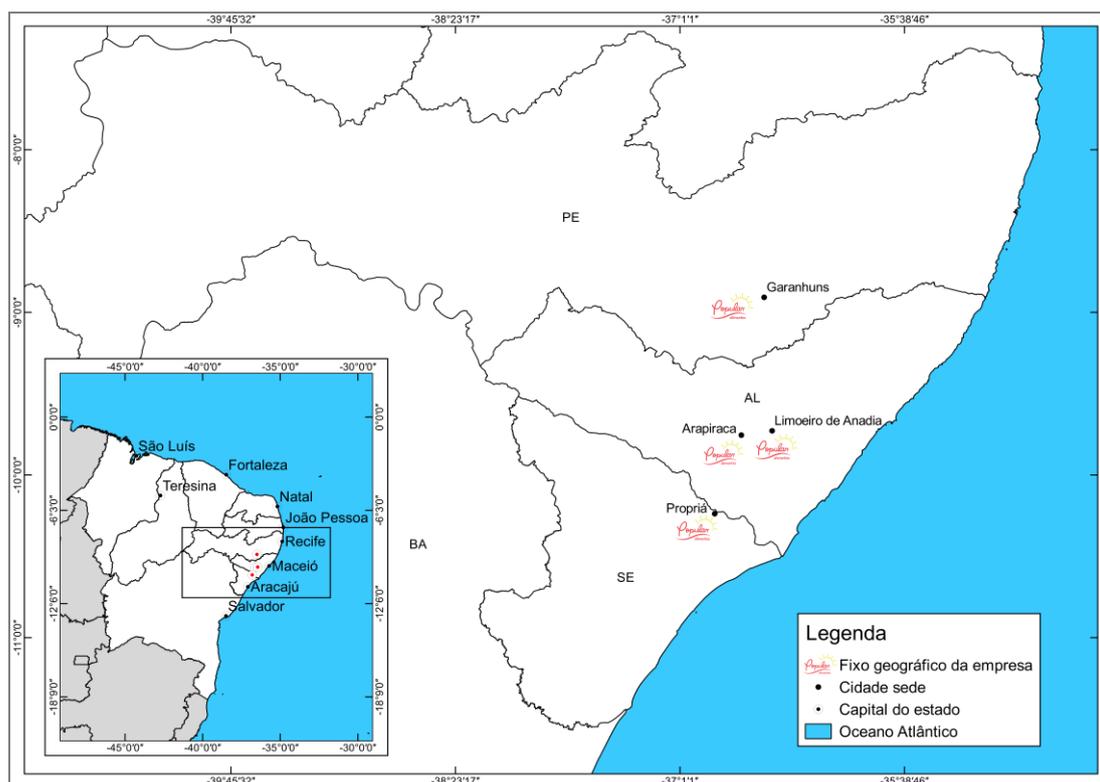
É necessário destacar que suas instalações possuem uma hierarquia, no sentido da importância desempenhada por cada uma no processo produtivo. A unidade instalada em Arapiraca/AL funciona como o principal centro de comando da atuação da empresa, sendo a unidade de maior poder administrativo, concentrando o escritório da empresa, uma loja da fábrica e um depósito de produtos ligado ao setor de distribuição. As instalações em Limoeiro de Anadia/AL referem-se a principal unidade de produção, onde são fabricados quase a totalidade dos seus produtos.²⁶ Já as instalações localizadas em Propriá/SE e

²⁵ De acordo com Mamigonian (1965, p. 419, itálico do autor): “Para empresas nascidas da iniciativa local, é preciso observar inicialmente que a existência de vários estabelecimentos para u’a mesma empresa não é sempre a consequência do crescimento financeiro. Aliás, o aumento de capitais não conduz sempre à multiplicação de estabelecimentos [...]. Mas, sem dúvida, *o aumento de capitais atua sobre, a multiplicação dos estabelecimentos de u’a mesma empresa: a partir do momento em que o crescimento do mercado consumidor dos produtos fabricados por uma empresa não acompanha a velocidade do aumento de capitais desta empresa, ela é obrigada a produzir novos artigos, seja nos seus estabelecimentos já existentes, seja num novo estabelecimento.*”

²⁶ A definição de Limoeiro de Anadia como *locus* de produção da INAP não se deu por acaso. Vale salientar que o referido município integra uma região em que há um uso do território – do ponto de vista agrário – bem diversificado (a despeito da predominância da agropecuária na região e a “chegada” da cana-de-açúcar), em função da prática da policultura em frações de sua área por pequenos agricultores que, em suas roças, cultivam milho, feijão, algodão, mandioca e, sobretudo, segundo Nascimento (1993), frutas como banana, goiaba e fruta-do-conde. Assim são reduzidos os custos financeiros, tanto para a captação das matérias-

Garanhuns/PE, funcionam como centrais de distribuição e atacados da indústria, onde são comercializados produtos próprios e também de outras marcas, o que caracteriza uma reestruturação da empresa, atuando não apenas na industrialização, mas também na distribuição e na comercialização.

Mapa 3. Nordeste: topologia da Indústria Alimentícia Popular



Fonte: Pesquisa de Campo. Organização dos dados e coordenação dos autores, 2020.
Elaboração cartográfica: Pedro Henrique Santos Barros de Araújo.

Como em todo processo produtivo, a matéria-prima representa um fator essencial, a referida indústria possui uma estratégia de aquisição desses produtos que utiliza tanto a produção local, como também a produção de outros estados nordestinos. Para a fabricação dos produtos (sobretudo doces e salgados) utiliza-se, principalmente, banana, goiaba, milho, leite, amendoim e farinha de trigo, tendo o Ceará como um dos seus principais fornecedores. Assim, conforme Mamigonian (1965, p. 419, itálico do autor): “[...] *existem emprêsas que, apesar de pequenas, têm desde o início vários estabelecimentos, pois se encarregaram da preparação de diferentes matérias-primas que existem nos arredores.*”

primas necessárias à produção, quanto em função de sua proximidade para o escoamento da produção junto a dois centros urbanos de destaque, Arapiraca e Palmeira dos Índios.

Nesse caminho, é preciso entender que o modo de operação da INAP representa uma organização baseada na distribuição de fixos que geram fluxos e com isso tornam possível o processo produtivo. Para Santos ([1988] 2014, p. 85): “O espaço, é, também e sempre, formado de fixos e fluxos. Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas, fluxos que chegam a essas coisas fixas. Tudo isso, junto, é o espaço.”

Para Cataia e Silva (2013, p. 71-72): “Outro elemento a ser considerado é a condição de circuito espacial de produção, pois, organizam-se fixos, fluxos materiais e ordens de acordo com a especificidade de cada ramo de atividade.” No caso da INAP, os fixos geram fluxos que refletem a dimensão geográfica da produção no território nordestino, dado o seu alcance geográfico e, por conseguinte, o estágio da repartição das suas atividades. Tendo a noção de circuito espacial produtivo um significativo valor teórico e explicativo para um estudo dessa natureza. Nas palavras de Santos ([1979] 2003, p. 192):

A divisão do trabalho também é um instrumento da expansão capitalista. Uma vez que se estabelece a separação de atividades, o resultado de cada uma delas se torna uma mercadoria. A troca passa a ser um imperativo por causa do próprio nível do processo produtivo: assim, a cada dia um grande número de valores de uso se metamorfoseia em valores de troca, essenciais ao sistema capitalista.

“Hoje, há uma crescente segmentação territorial das etapas do trabalho, intensificando-se as trocas e relações entre as regiões”, acrescentam Santos e Silveira ([2001] 2016, p. 143). Logo, as grandes indústrias nacionais e globais atuam a partir de uma topologia estabelecida no território que articula as diferentes etapas da produção, não raramente estabelecendo acordos com outras empresas que fornecem serviços ou realizam as referidas etapas. Numa perspectiva diferente, com níveis de complexidade menores, a INAP está inserida em uma lógica diferenciada por possuir dimensões reduzidas, já que a sua estratégia de organização – controlando quase totalidade do processo produtivo a partir da ativação de serviços próprios de fabricação, de distribuição e de comercialização dos produtos –, está voltada para às escalas local e regional.

Conforme apresentou o Mapa 3, a topologia da referida indústria está organizada em quatro cidades de três estados nordestinos. São fixos que possuem diferentes graus de importância, são voltados a etapas específicas da produção e junto aos fluxos efetivam o uso que a indústria realiza do território. É preciso entender os elementos determinantes das etapas que constituem todo o processo, afinal como afirmam Santos e Silveira ([2001]

2016, p. 143), “[...] para entender o funcionamento do território é preciso captar o movimento, daí a proposta de abordagem que leva em conta os circuitos espaciais de produção”. Neste sentido, para analisar a INAP, pode-se dividir as suas etapas da produção, da distribuição, do comércio e do consumo, averiguando as principais atividades executadas em cada etapa e sua espacialidade (vide Quadro 1).²⁷

Quadro 1 - Representação do arranjo organizacional da Indústria Alimentícia Popular

| Produção | Distribuição | Comércio | Consumo |
|---|---|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de alimentos realizada pela própria indústria principalmente em Limoeiro de Anadia/AL. • Compra e manutenção de máquinas e equipamentos. • Aquisição de matéria-prima natural e semimanufaturada advinda de produção interna e externa. • Compra e fabricação própria de embalagens, empacotamento e armazenamento da produção. | <ul style="list-style-type: none"> • Realizada por distribuidores parceiros e sobretudo pela própria empresa. • Transporte para as próprias centrais de distribuição, depósitos, atacados e lojas da fábrica em Arapiraca/AL, Propriá/SE e Garanhuns/PE. • Transporte direto à supermercados, distribuidores parceiros e representantes comerciais em estados sem cobertura própria. | <ul style="list-style-type: none"> • Realizado em diversos tipos de estabelecimentos, pela própria empresa e por terceiros em todo o Nordeste brasileiro. • Comércio em estabelecimentos próprios de atacado e lojas da fábrica. • Comercialização por terceiros em supermercados e por atacadistas distribuidores. • Revenda por terceiros em feiras livres e comércio ambulante. | <ul style="list-style-type: none"> • Realizado pelas classes média e baixa, sobretudo do Nordeste brasileiro. • Diversos comerciantes, ambulantes, donos de pequenas vendas, mercadinhos de bairros e povoados. • Consumidores finais e famílias em supermercados, feiras livres, pequenas vendas, mercadinhos de bairros e cantinas de escolas. |
| <p>Síntese dos elementos do quadro: I. Fluidez de mercadorias, de capitais e de informações; II. Divisão social e territorial do trabalho; III. Circulação de bens e produtos.</p> | | | |

Elaboração dos autores, 2020.

Destaque-se que a atividade econômica principal dessa indústria é a fabricação de alimentos. No entanto, ela também realiza outras atividades essenciais ao processo produtivo, como a distribuição e a comercialização de grande parte da produção. Portanto, controlando praticamente todo o seu circuito produtivo, necessitando de outras empresas em atividades como aquisição de maquinário, embalagens, matérias-primas e distribuição em frações do território sem cobertura própria.

Nessa perspectiva, conforme destacado anteriormente, a INAP concentra suas atividades administrativas em Arapiraca, realiza sua principal atividade econômica de fabricação de alimentos sobretudo na unidade industrial de Limoeiro de Anadia, distribui e

²⁷ Portanto, de acordo com Moraes (1985, p. 4): “Pode-se deduzir que discutir os circuitos espaciais da produção é discutir a espacialidade da produção-distribuição-troca-consumo como movimento circular constante. Captar seus elementos determinantes é dar conta da essência de seu movimento.”

comercializa seus produtos por todo o Nordeste, ora com infraestrutura própria ativando atividades de distribuidor e atacadista, e ora com infraestrutura de “parceiros” usufruindo de acordos estabelecidos com outras empresas no sentido de garantir uma maior capilaridade.

Para efetivação de seu processo produtivo, a indústria utiliza-se de sua topologia e de acordos empresariais, usando os sistemas de engenharia (fixos) dispostos no território nordestino e gerando com isso fluxos materiais e imateriais que garantem a sua atuação pelo território, explícita a partir dos “sistemas de movimentos” (CONTEL, [2001] 2016). A organização espacial da indústria, ancorada nas divisões social e territorial do trabalho, proporciona a circulação de bens e produtos, onde o processo produtivo também se baseia na exploração da força de trabalho no sentido de tornar possível a fluidez de mercadorias, de capitais e de informações, e para isso são usados serviços dos mais diversos, como bancários, de informática e de propaganda.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a INAP representa o tipo de atividade desenvolvida internamente no território, sendo uma indústria com grande força para a economia local e apresentando ao estado de Alagoas novas possibilidades ao desenvolvimento econômico²⁸. Trata-se de uma empresa com elevado potencial de atuação no mercado regional de alimentos que utiliza modernas instalações dispostas no território, tornando possível a sua ampla capilaridade, chegando aos diversos níveis sociais de renda. Mas, sobretudo nas camadas mais populares a partir das atividades de comércio ambulante, lanchonetes, pequenos mercadinhos de bairro, nas diversas feiras livres nordestinas, por exemplo.

Logo, deve-se entender as indústrias locais como atividades relevantes ao fortalecimento da economia alagoana, a exemplo das atividades do setor alimentício que possuem uma organização definida conforme as suas possibilidades – graus de investimentos, capilaridade para a oferta dos produtos etc. – de usar o território, que torna

²⁸ Segundo Furtado (1952, p. 15): “O processo de desenvolvimento se realiza seja através de combinações novas dos fatores existentes ao nível da técnica conhecida, seja através da introdução de inovações técnicas. Numa simplificação teórica se poderia admitir como sendo plenamente desenvolvidas, num momento dado, aquelas regiões em que, não havendo desocupação de fatores, só é possível aumentar a produtividade (a renda real *per capita*) introduzindo novas técnicas. Por outro lado, as regiões cuja produtividade aumenta ou poderia aumentar pela simples implantação das técnicas já conhecidas, seriam consideradas em graus diversos de subdesenvolvimento. O crescimento de uma economia desenvolvida é, portanto, principalmente um problema de acumulação de novos conhecimentos científicos e de progressos na aplicação desses conhecimentos. O crescimento das economias subdesenvolvidas é sobretudo um processo de assimilação da técnica prevalecte na época.”

possível o sucesso da atividade mesmo em condições desiguais de concorrência. Pois, com as possibilidades técnicas do período atual, e a constituição dos circuitos espaciais de produção, as empresas globais se apropriam dos mercados, que estão cada vez mais oligopolizados.²⁹

Não se deve olvidar que são atividades inseridas na lógica do capital – exploração da força de trabalho, extração de mais-valia –, possuindo claramente uma racionalidade capitalista. No entanto, vale salientar que as indústrias locais – como a INAP – estão inseridas em uma lógica diferenciada dos grandes agentes hegemônicos e por isso se constituem como atividades indispensáveis no pensamento de um projeto de crescimento econômico a partir do desenvolvimento das forças produtivas internas, já que a racionalidade vigente nesse segmento não toma o território apenas como recurso, pois há uma relação de pertencimento dos sujeitos com os lugares.

CONCLUSÃO

As transformações recentes da economia alagoana têm configurado um novo cenário no campo produtivo, alterando algumas das características tradicionais insistentemente presentes na história econômica do estado. No entanto, muitas dificuldades desse território ainda prevalecem presentes, com um grau de intensidade preocupante, situação que deve estimular esforços a contribuírem com o planejamento territorial e conseguinte alteração do quadro atual.

O território alagoano possui expressivas dificuldades no desenvolvimento de um processo de industrialização, pois, apresenta uma economia deficitária que resulta da dependência de um sistema econômico monocultor, ainda com traços do período colonial e controlado pelo poder das oligarquias locais. As referidas fontes de controle político e econômico vivem o dilema entre acolher um conjunto de possibilidades do presente ou permanecer com as heranças e perpetuação de seu processo de formação territorial e econômica. É nesse sentido, que as mudanças, os quadros de modernização são sempre conservadores e, não raramente, se dão apenas para acolher a ação de vetores externos que

²⁹ Com a globalização da economia e o estabelecimento dos circuitos espaciais de produção, o território torna-se cada vez mais recurso, e raras são as situações outrora identificadas por Mamigonian (1965, p. 418, itálico do autor): “*Os casos de empresas com um único estabelecimento são muito comuns, visto que qualquer pequena empresa em livre-concorrência é competitiva num mercado onde a oferta não satisfaz à demanda.*”

moldam o território de acordo com os interesses daqueles que o usam como fonte somente de recursos, ou seja, de forma exclusiva à acumulação do capital.

Por outro lado, como foi observado, o estado possui vários setores de indústrias locais com grande potencialidade e que precisam ser fortalecidos. São atividades que se sustentam no mercado mesmo nas difíceis condições da economia estadual e representam também, por isso, atividades ociosas com grande poder de competitividade no mercado regional. Sendo assim, constata-se, sobretudo, uma participação ainda mais expressiva das iniciativas do setor alimentício, representando um número considerável de unidades industriais, bem organizadas e com forte aceitação da produção no mercado local.

No que se refere à indústria alagoana – especialmente do setor canavieiro –, com a perda de expressão no cenário nacional, em parte pelos processos de modernização da atividade, não acompanhado pelas oligarquias que permanecem com a relação umbilical e esquizofrênica com a política e, ao mesmo tempo, distante da mudança do quadro alarmante referente a estrutura fundiária, se faz necessário pensar em outras alternativas. Contudo, ainda que se possa incorrer no problema do reformismo, compreende-se que o Estado possui um papel ativo e pode ser um agente para desenvolvimento das vocações de um território que aparenta ser predestinado ao cultivo de cana-de-açúcar, mas, conforme exemplificado a partir da Indústria Alimentícia Popular, há possibilidades de transformação do seu quadro econômico e social.

Neste sentido, as atividades econômicas que são possibilidades para Alagoas, na ausência de uma eficiente orientação via política nacional de industrialização, carecem de incentivos do Estado, no sentido de dotar o território de infraestrutura que as permitam se desenvolver, com políticas que venham fortalecê-las a partir da valorização da indústria local que, por conseguinte, podem levar à diversificação produtiva. Para tanto, a disposição de sistemas de engenharia que possibilitem a fluidez e a ação ativa do Estado se configuram como questões decisivas para o sucesso dessas atividades internas, como as indústrias locais.

Logo, desenvolver os agentes econômicos locais possibilita a circulação de recursos internamente no território, o que tem permitido um crescimento e fortalecimento da economia, influenciando diretamente nas condições sociais de Alagoas. Por fim, constatou-se a centralidade e possibilidade da esfera governamental no papel coordenador de políticas para o território, quer dizer, da possibilidade deste enquanto agente promotor

de políticas para o desenvolvimento das forças produtivas e a alteração do quadro de dependência e subdesenvolvimento há séculos constituído.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 8. ed. [texto revisto e ampliado a partir da 7. ed., mar. 2005] São Paulo: Cortez, [1963] 2011.

_____. **Paisagens e problemas do Brasil**: aspectos da vida rural brasileira frente à industrialização e ao crescimento econômico. 3. ed. São Paulo: Editôra Brasiliense, [1968] 1970.

BAILBY, Edouard. **Brasil, país chave do Terceiro Mundo**. Tradução Ruth Salles Houaiss. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [1964] 1967.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1975.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Economia popular**: uma via de modernização para Alagoas. 6. ed. Maceió: Edufal, [2006] 2014.

_____. **Formação histórica de Alagoas**. 3. ed. Maceió: Edufal, [1982] 2015.

CATAIA, Márcio; SILVA, Silvana Cristina da. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. **Boletim Campineiro de Geografia** [AGB], Campinas, v. 3, n. 1, p. 55-75, 2013.

CLARK, Colin Grant. **The conditions of economic progress**. Londres: Macmillan and Co., 1940.

CONTEL, Fabio Betioli. Os sistemas de movimento no território brasileiro. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, [2001] 2016. p. 357-372.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Bases econômicas e sociais na formação das Alagoas. **Revista Brasileira dos Municípios** [RBM/CNE-IBGE], Rio de Janeiro, ano 7, n. 28, p. 208-215, out./dez. 1954.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS. **Trajetória da Indústria em Alagoas**: 1850/2017. Maceió: FIEAL/IEL, 2018.

FIRMINO, Paul Clívilan Santos. **Arapiraca/AL e Itabaiana/SE** – a feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FURTADO, Celso. Formação de capital e desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Economia** [RBE/FGV], Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p. 7-45, dez. 1952.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GOMES, Fábio Guedes. A inserção da economia alagoana na recente dinâmica de crescimento regional. **Revista economia política do desenvolvimento**, Maceió, v. 4, n. 10, p. 151-186, jan./abr. 2011.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1964] 1989.

GURGEL, Verônica Amaral. **Uso corporativo do território no estado de Alagoas: uma análise da monocultura do eucalipto**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Curso de Geografia, Campus V, Universidade Estadual de Alagoas, União dos Palmares, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**, Coordenação de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/. Acesso em: 19 de junho de 2020.

LIMA, Ivan Fernandes. **Geografia de Alagoas**. São Paulo: Ed. do Brasil, 1965.

MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia** [RBG/IBGE], Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 389-482, jul./set. 1965.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, [1848] 2005.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. v. 1, t. 2. Apresentação Jacob Gorender. Coordenação/Revisão Paul Singer. Tradução Regis Barbosa; Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, [1867] 1983.

MEDEIROS, Dhiego Antonio de. **Financeirização do território e circuitos da economia urbana em Alagoas**. Prefácio Maria Adélia de Souza. Posfácio Antonio Alfredo Teles de Carvalho. Maceió: FAPEAL; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018. 318 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação do espaço. **Mimeografado [PPGH-USP]**, São Paulo, p. 1-32, 2. sem. 1985.

MORAIS, Odilon Máximo de. **Organização espacial da indústria nordestina: o Ceará e Alagoas em um novo contexto**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

NASCIMENTO, Alvacly Lopes do. **A fruticultura na região de Palmeira dos Índios: trabalho de pequenos produtores em Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1993.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 42. ed. São Paulo: Brasiliense, [1945] 2012.

SANTOS, Ana Paula Teodoro dos. **A reestruturação do território da região fumageira de Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SANTOS, Milton. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam as estruturas sociais. In: SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Edusp, [1979] 2003. p. 187-204.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, [1988] 2014.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 2. ed. São Paulo: Hucitec; ANPUR, [1994] 1996. p. 15-20.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, [2001] 2016.

SCARLARTO, Francisco Capuano. O espaço industrial brasileiro. In: ROSS, Jurandir L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 6. ed. 2. reimp. São Paulo: Edusp, [1996] 2014. p. 237-380.

SCHAPIRO, Mario Gomes. Ativismo estatal e industrialismo defensivo: instrumentos e capacidades na política industrial brasileira. **Texto para discussão [IPEA]**, Brasília; Rio de Janeiro, n. 1856, p. 1-56, ago. 2013.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Tradução Maria Sílvia Possas. São Paulo: Abril Cultural, [1934] 1982.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO [SEPLAG/AL]. **Estudo sobre as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de Alagoas**. Maceió: SEPLAG, 2016.

SILVA, Dênis Carlos da. **Configuração do circuito espacial de produção sucroalcooleira em Alagoas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, [1973] 1977.

TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Golbery Luiz. **O ciclo do algodão e as vilas operárias**. Maceió: Sebrae; Edufal, 2013.

Submetido em 27 de maio de 2021

Aceito em 15 de setembro de 2021

Publicado em 30 de dezembro de 2021